

Relatório

Identificação	Relatório de satisfação dos estudantes com deficiência
Título	Estudantes com deficiência. Quem? Quantos? Quais as suas necessidades?
Responsável	Elenilce Gomes de Oliveira e Julieta F. M. Landim
Equipe	Ariadine de Oliveira R. da Silva, Agebson R. Façanha, Lilian Freitas Coelho
Cidade/Ano	Fortaleza/2014

Sumário

Apresentação.....	3
Introdução.....	4
Metodologia.....	8
Resultados.....	9
Recomendações.....	21
Referência.....	23

Apresentação

O presente relatório trata dos resultados da pesquisa de satisfação dos estudantes com deficiência do IFCE, realizada em 2014, com a finalidade de identificar a satisfação deles com as condições infra-estruturais e pedagógicas disponíveis nos campi.

A igualdade das condições para o acesso e permanência na escola é direito assegurado na Constituição Federal brasileira, em seu Art. 206. Nesse sentido, o Programa Nacional de Assistência Estudantil, criado pelo Decreto 7234/2010, determina que as ações da assistência estudantil deverão ser desenvolvidas em diversas frentes, inclusive no "acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação".

O IFCE tem adotado diversas estratégias para promover o acesso e permanência de seus estudantes. Doravante, considerando as necessidades dos estudantes com deficiência, tem diante de si o grande desafio de atender às diversas diferenças do público ingressante em seus cursos. Daí a relevância de conhecer quantos, quem são e quais as necessidades do público com deficiência matriculado no Instituto.

Esperamos que este diagnóstico contribua para a elaboração de novas proposituras capazes de melhor atender aos estudantes com deficiência, promovendo sua inclusão efetiva e melhorando as condições de aprendizagem e êxito acadêmico.

Introdução

Aprovada em 1994, a Declaração de Salamanca foi o pontapé para as inúmeras discussões sobre teorias e práticas inclusivas para pessoas com deficiência, e que continuam em voga até hoje dada a importância e complexidade do tema. No Brasil, a acessibilidade também passou a ser discutida, pois o direito de ir e vir tornou-se essencial para auxiliar na inclusão social. (TANAKA, 2006).

No campo educacional, as discussões e preocupações com a igualdade de direitos da pessoa deficiente contribuíram para a formulação das diretrizes aos sistemas de ensino no sentido de assegurar métodos, recursos e organização específicos para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos deficientes. (OLIVEIRA e SANTOS, 2011, p. 356).

Diante desse cenário e com o intuito de conhecer melhor seus estudantes e suas necessidades, a Diretoria de Assuntos Estudantis e a Coordenação de Projetos de Inclusão Social/Pró-reitoria de Extensão, realizaram pesquisa para verificar o nível de satisfação dos estudantes do IFCE ~~em~~ que possuam algum tipo de deficiência.

As categorias examinadas neste estudo inicial se referem à:

I - condições de acessibilidade das edificações;

II - condições de acessibilidade pedagógicas.

A abordagem da deficiência e acessibilidade enseja a apropriação da legislação vigente, destacando-se:

I - **Lei 10.098/2000** - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

II - **Decreto 3.298/1999** - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

III - **Decreto 5.296/2004** - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Em conformidade ao estabelecido no Decreto 3.298/1999 e alterações introduzidas pelo 5.296/2004, considera-se pessoa com deficiência aquela que se encontra nas seguintes categorias:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 600; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- d) utilização dos recursos da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

A compreensão da acessibilidade tem como referência o Decreto 5.296/2004, especialmente no disposto em seu artigo 8º:

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;

III - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

IV - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, telefones e

cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

V - ajuda técnica: os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;

VI - edificações de uso público: aquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinadas ao público em geral;

VII - edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza;

VIII - edificações de uso privado: aquelas destinadas à habitação, que podem ser classificadas como unifamiliar ou multifamiliar; e

IX - desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (BRASIL, 2004).

Metodologia

O estudo de identificação da satisfação dos estudantes com deficiência matriculados no IFCE foi realizado em três etapas: 1) Levantamento dos estudantes autodeclarados; 2) Aplicação do questionário; 3) Análise dos dados.

Inicialmente foi feito um levantamento dos estudantes autodeclarados deficientes no sistema acadêmico do Instituto, onde foi evidenciado 167 estudantes autodeclarados com algum tipo de deficiência, em 19 dos 23 campi do IFCE. Entre esses estudantes, 141 tinham seus e-mails cadastrados, oportunizando o envio do convite eletrônico para participar da pesquisa de satisfação.

A etapa seguinte consistiu na aplicação do questionário por meio da ferramenta do google docs, permitindo o envio de email com link para acesso e preenchimento do questionário, tabulação automática dos dados e acompanhamento do número de respondentes.

O questionário reuniu 23 questões, obrigatórias e não-obrigatórias, com respostas do tipo múltipla escolha. Considerou-se questão obrigatória – marcada com asterisco – aquela passível de ser respondida por quaisquer participantes independente do seu tipo de deficiência; e, por conseguinte, não-obrigatória, aquela que exigia prévia experimentação do seu usuário.

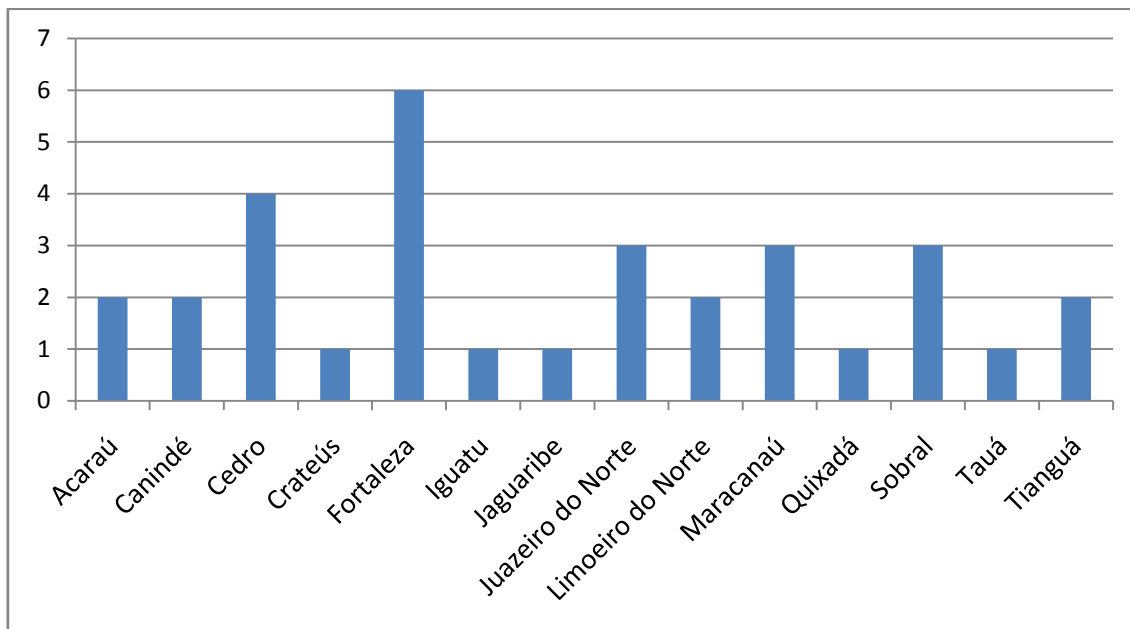
Elaborado com base na NBR. 9050, o questionário contemplou os seguintes aspectos: estrutura física dos campi, materiais didáticos, métodos pedagógicos utilizados pelos docentes em sala de aula, a presença de tradutores/intérpretes de libras disponibilizados pela instituição, entre outros.

Participaram da pesquisa 32 estudantes autodeclarados deficientes, respondendo o questionário disponibilizado no sistema Q-Acadêmico, no período de 19/09 até 09/10 de 2014.

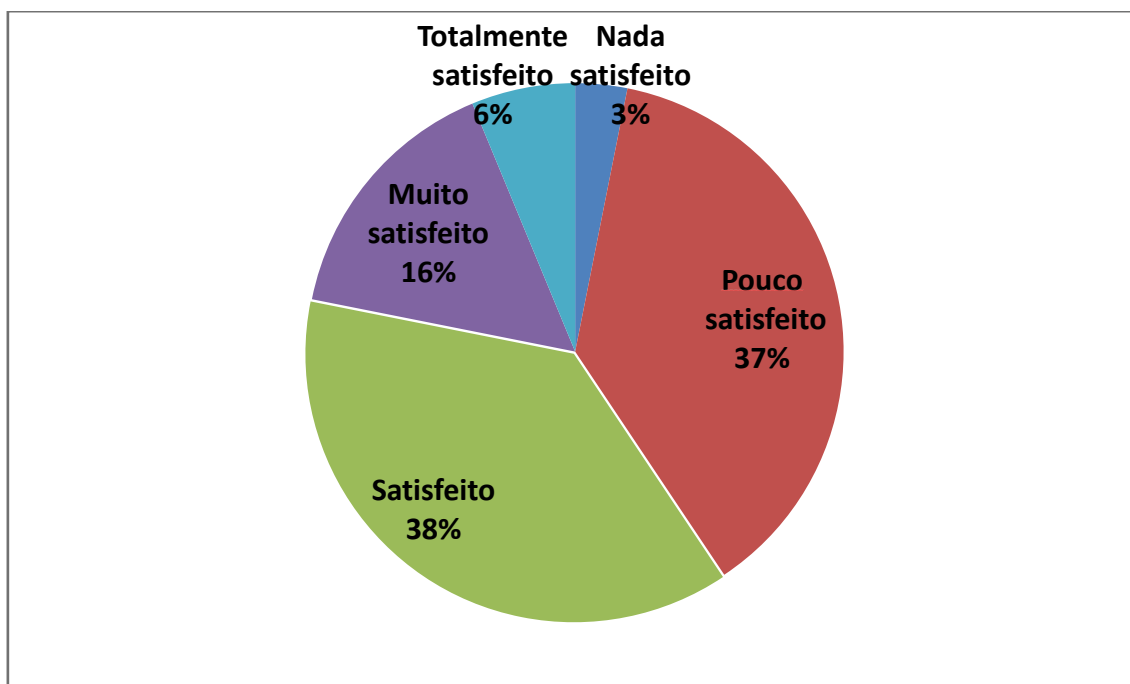
Cabe registrar a colaboração dos NAPNES dos campi, incentivando e facilitando a participação dos estudantes no preenchimento do questionário.

Resultados

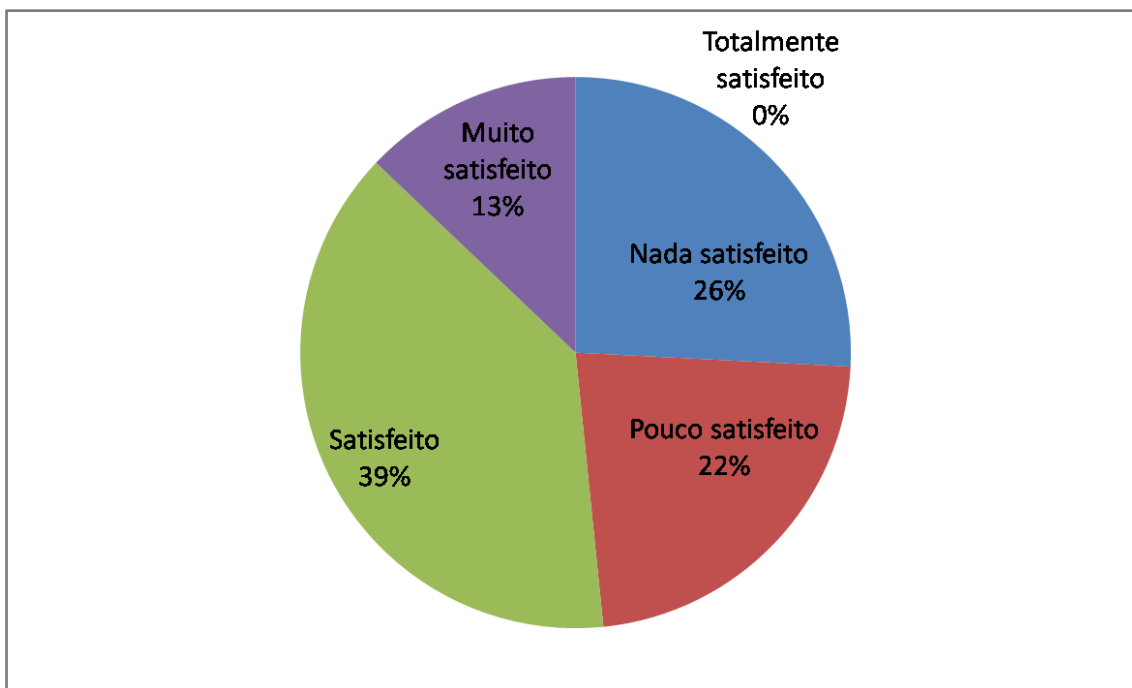
Quantidade de alunos participantes, por campus.



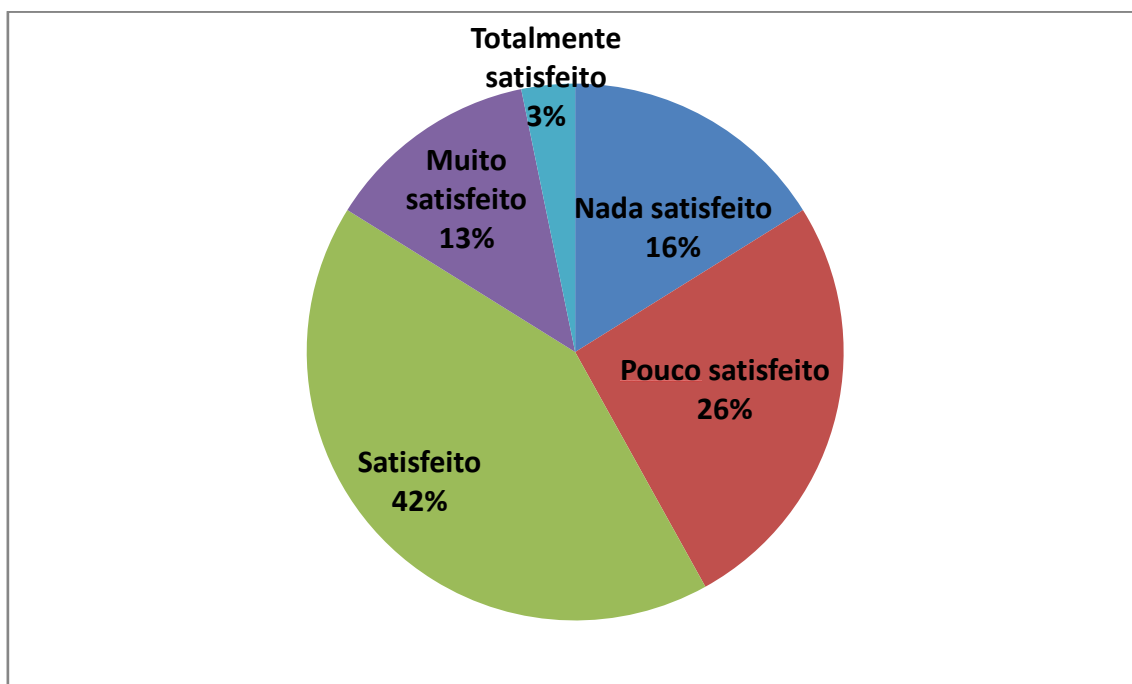
Acessibilidade das calçadas da instituição



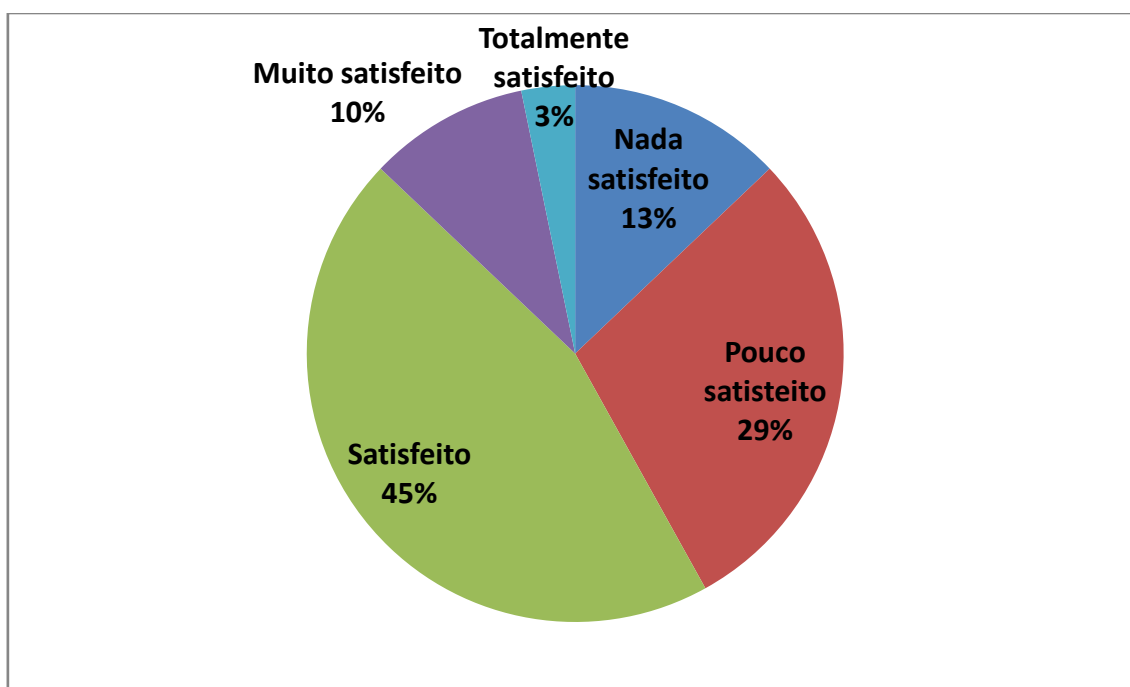
Estacionamento preferencial, com sinalização



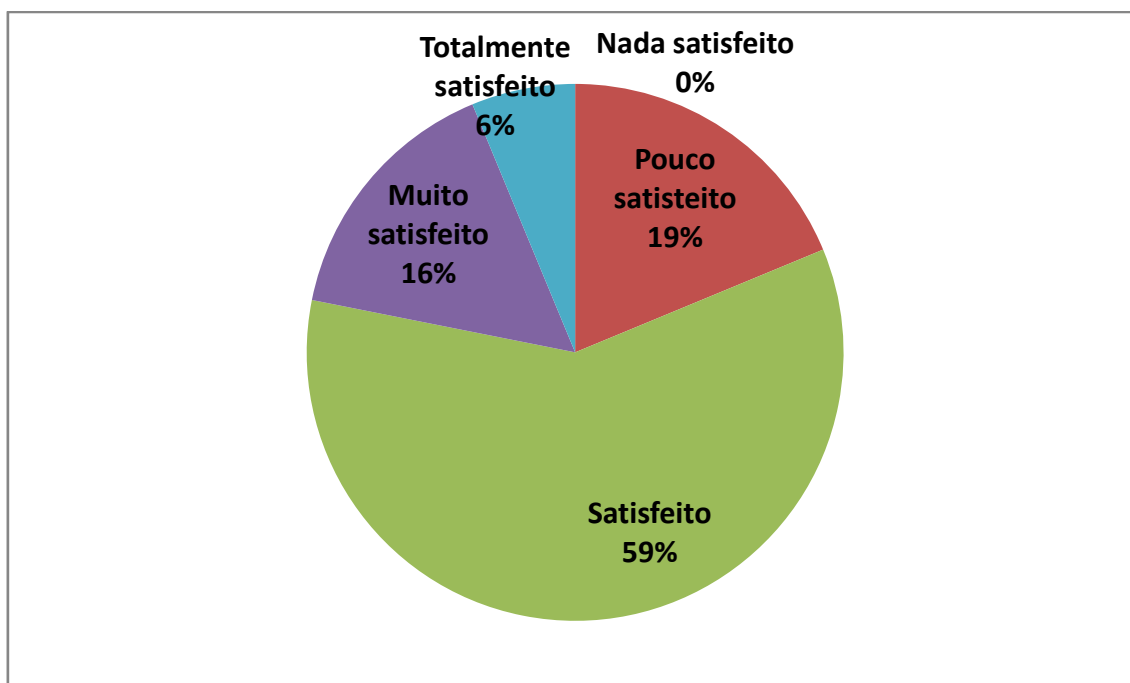
Rebaixamento do meio fio e rampa para ligar a vaga à calçada



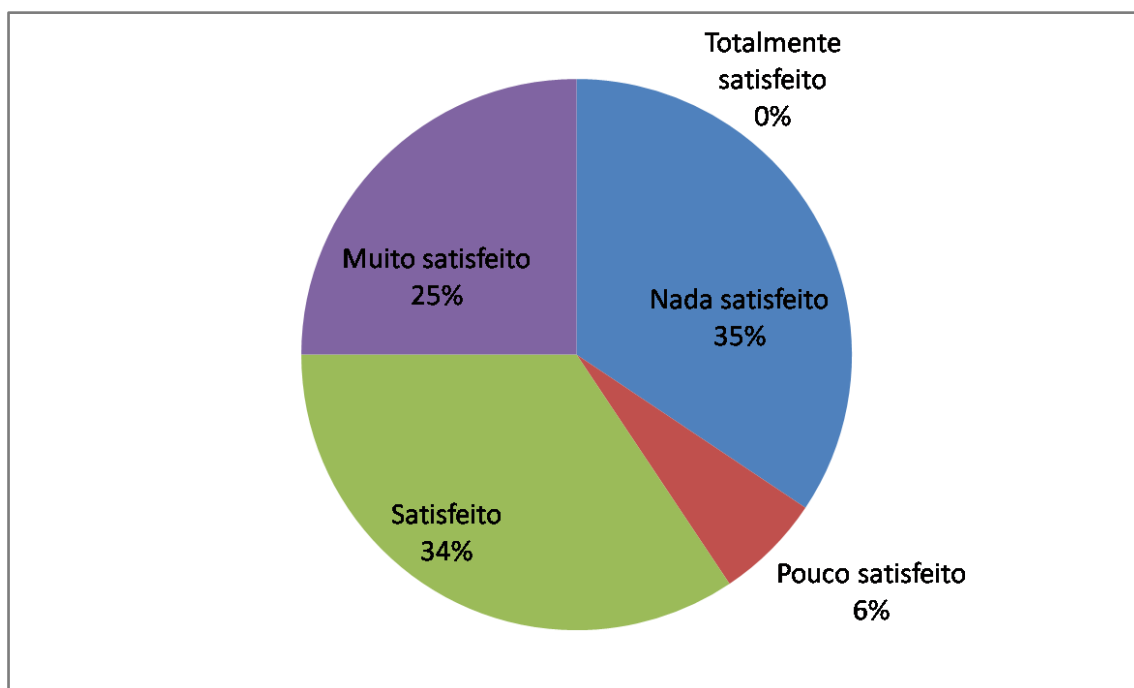
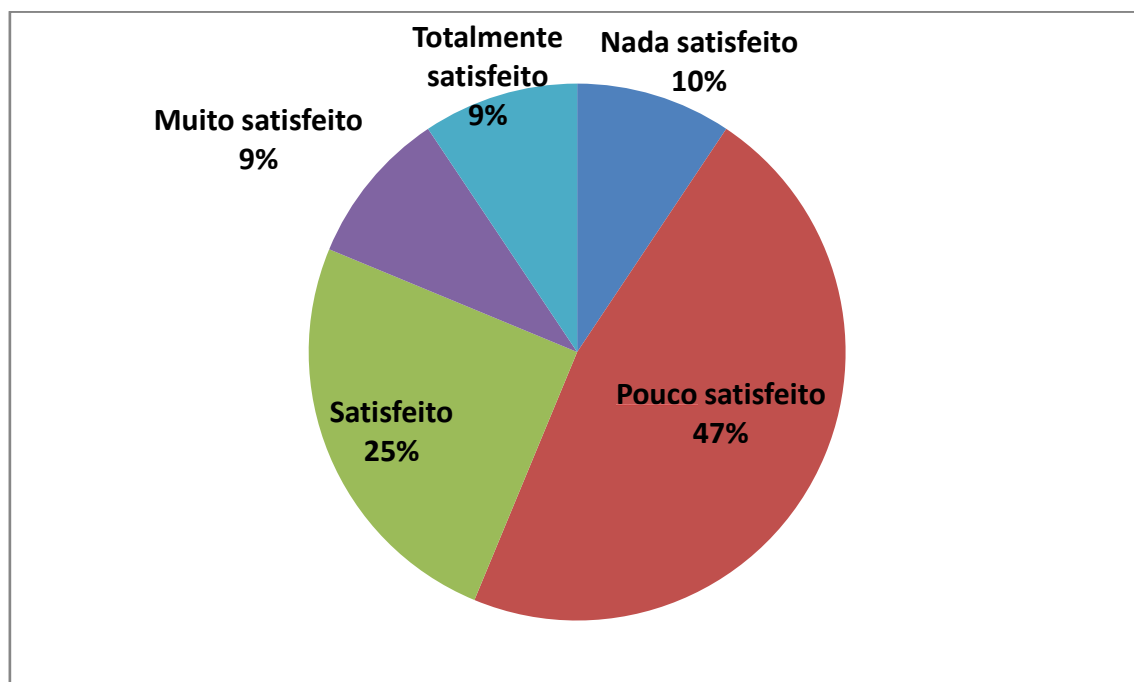
Caminho do estacionamento isento de obstáculos até a recepção da instituição



Entrada do prédio (recepção)

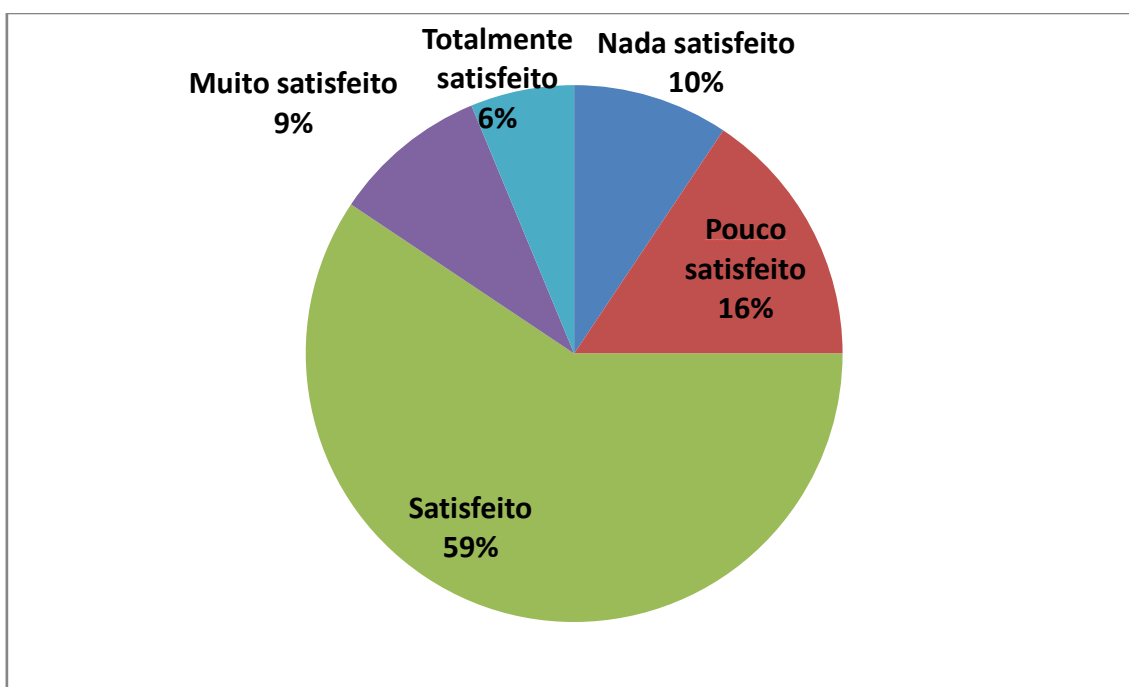


Piso tátil

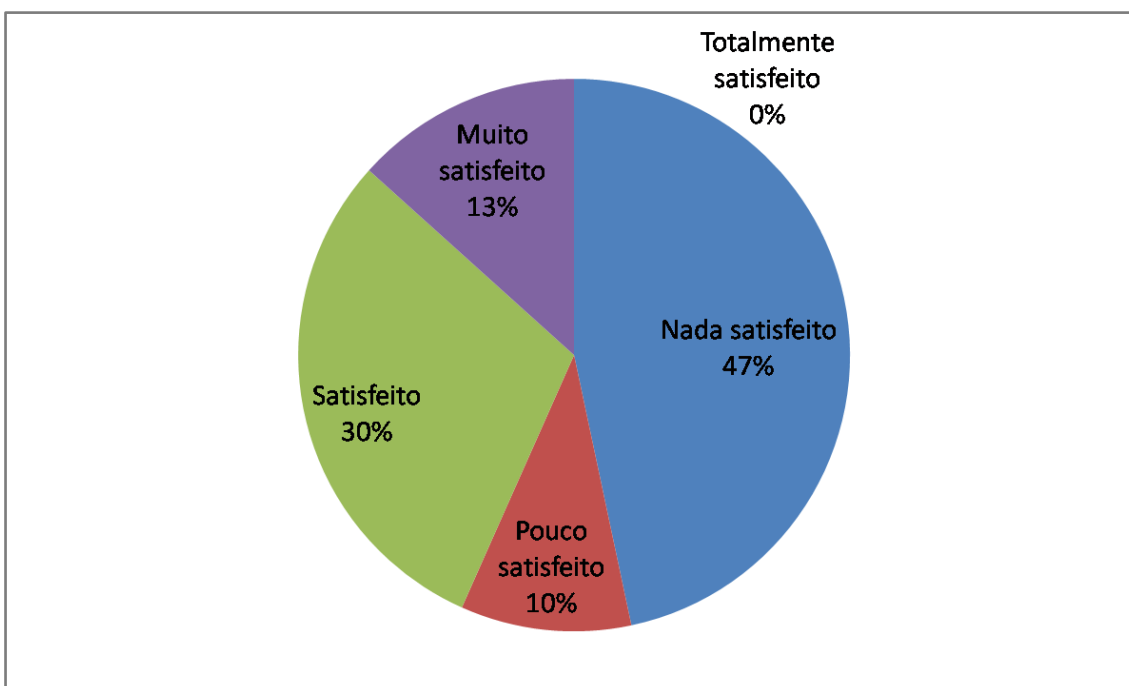
Rampas internas^{1*}

¹ A marcação com asterisco indica obrigatoriedade de resposta por parte de todos os participantes, independente do seu tipo de deficiência.

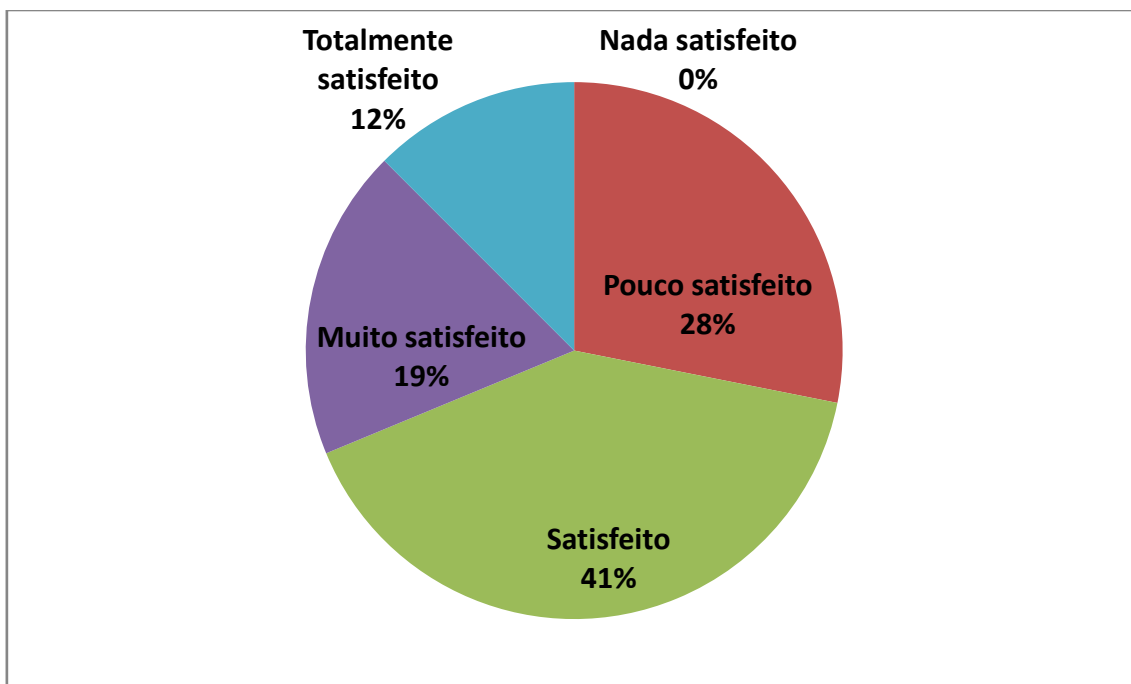
Escadas*



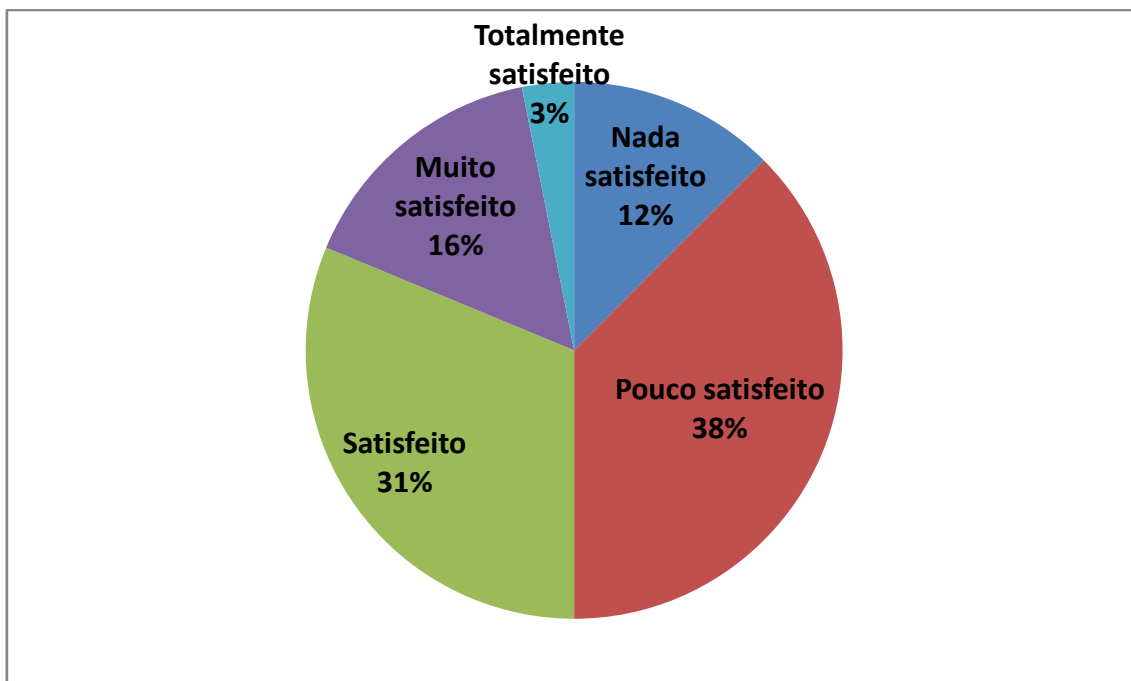
Elevador ou plataforma elevatória



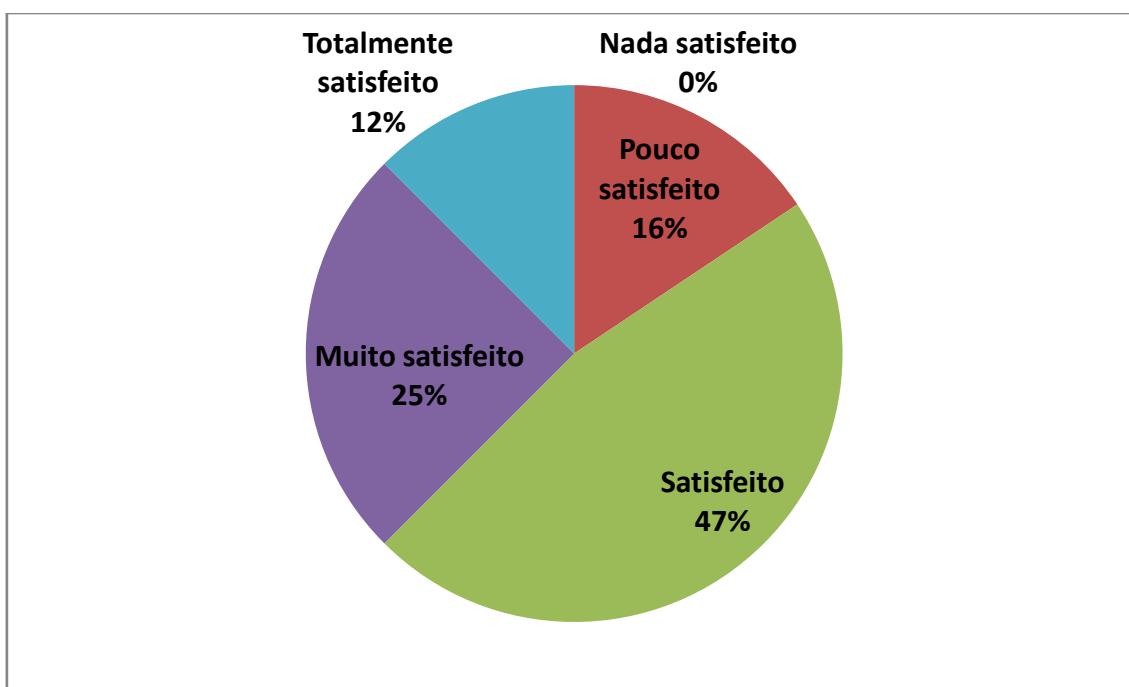
Sala de aula *



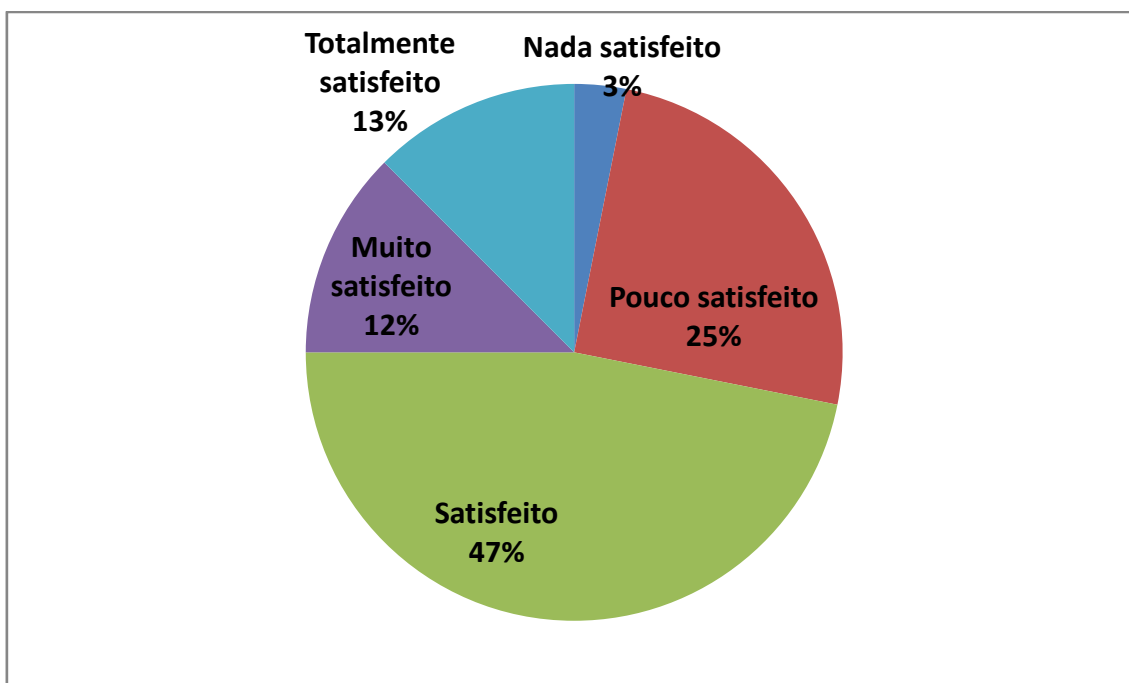
Laboratórios *



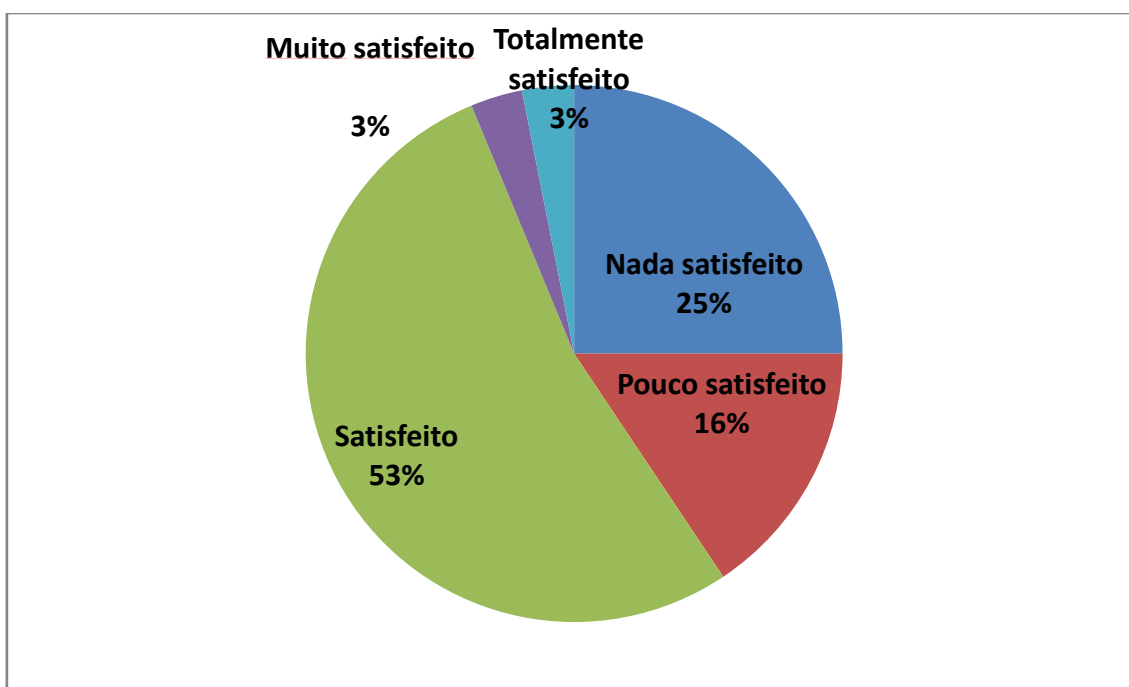
Auditório (s) *



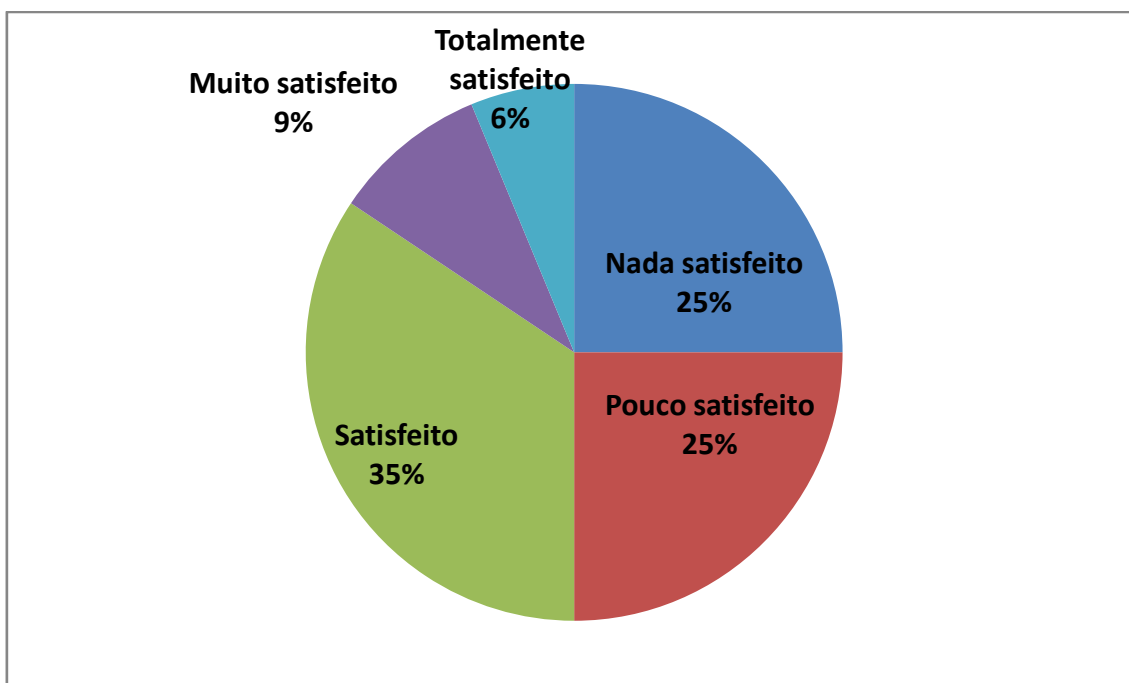
Biblioteca *



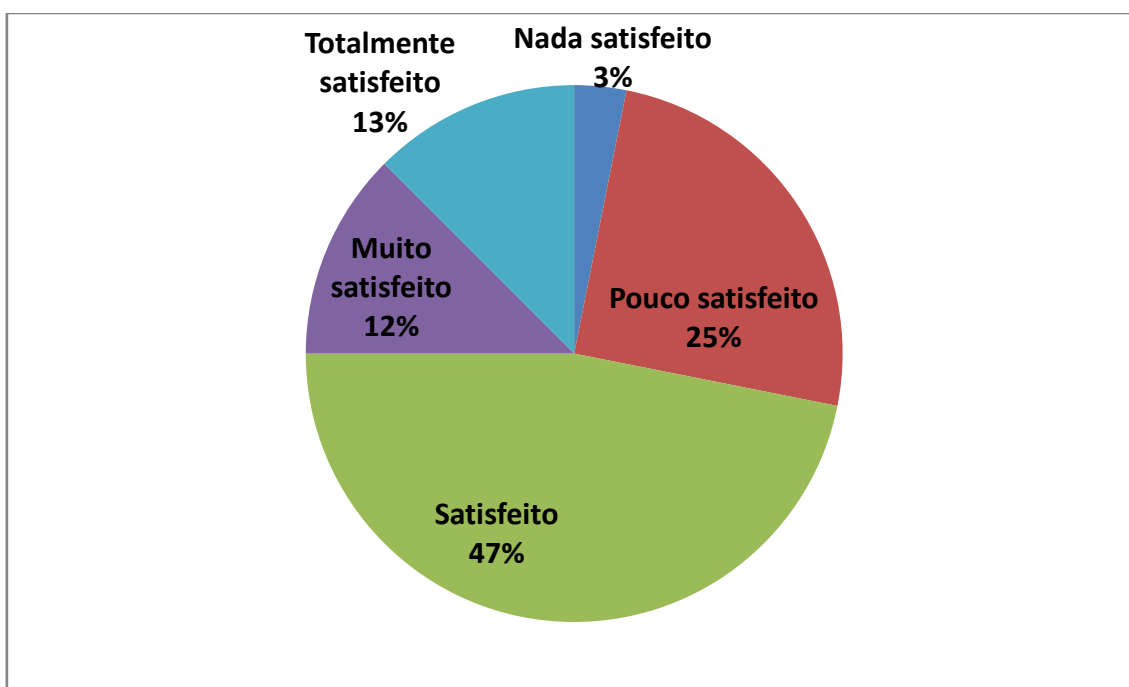
Espaço destinado à merenda escolar ou restaurante *



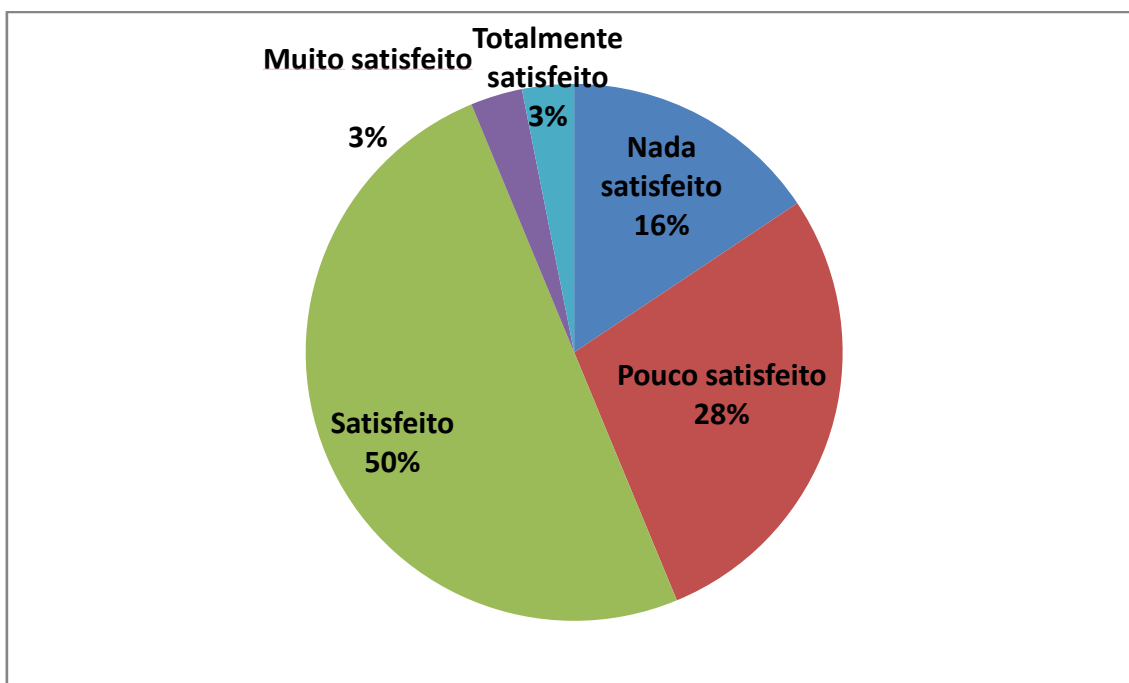
Bebedouros *



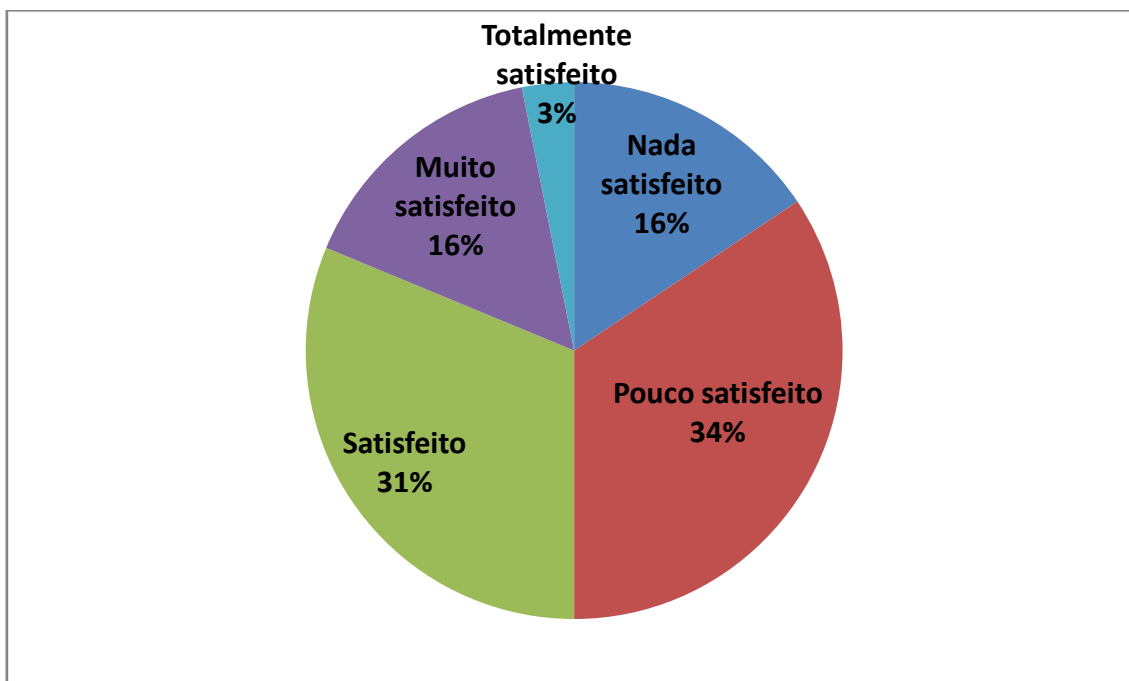
Banheiros *



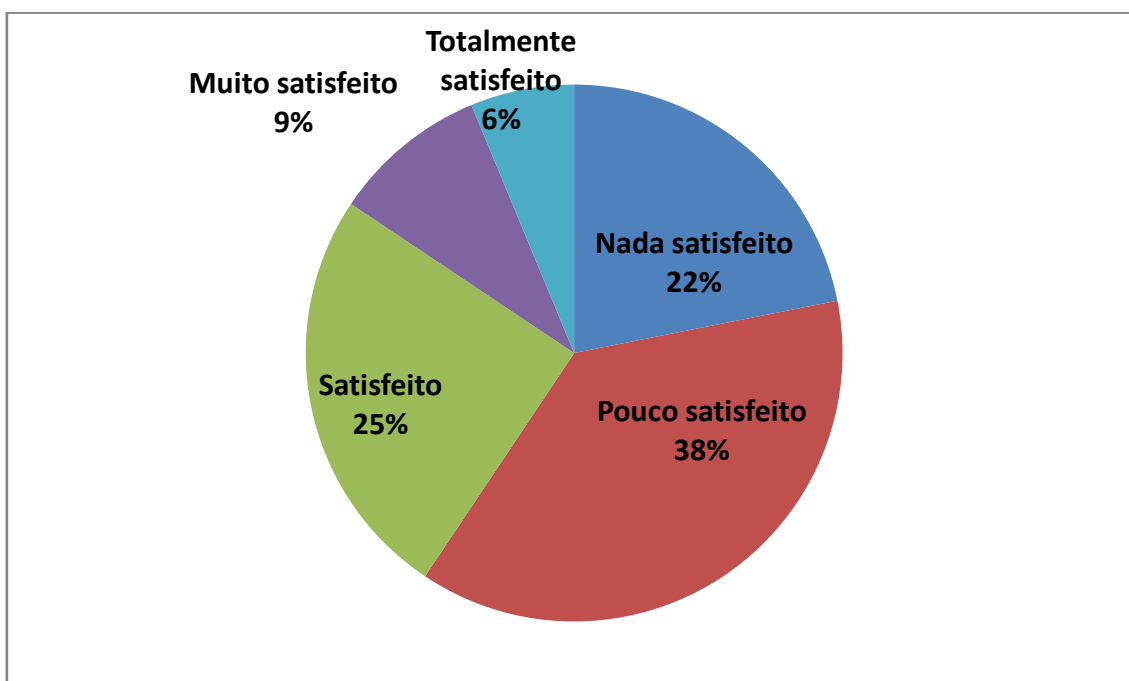
Materiais didáticos adaptados *



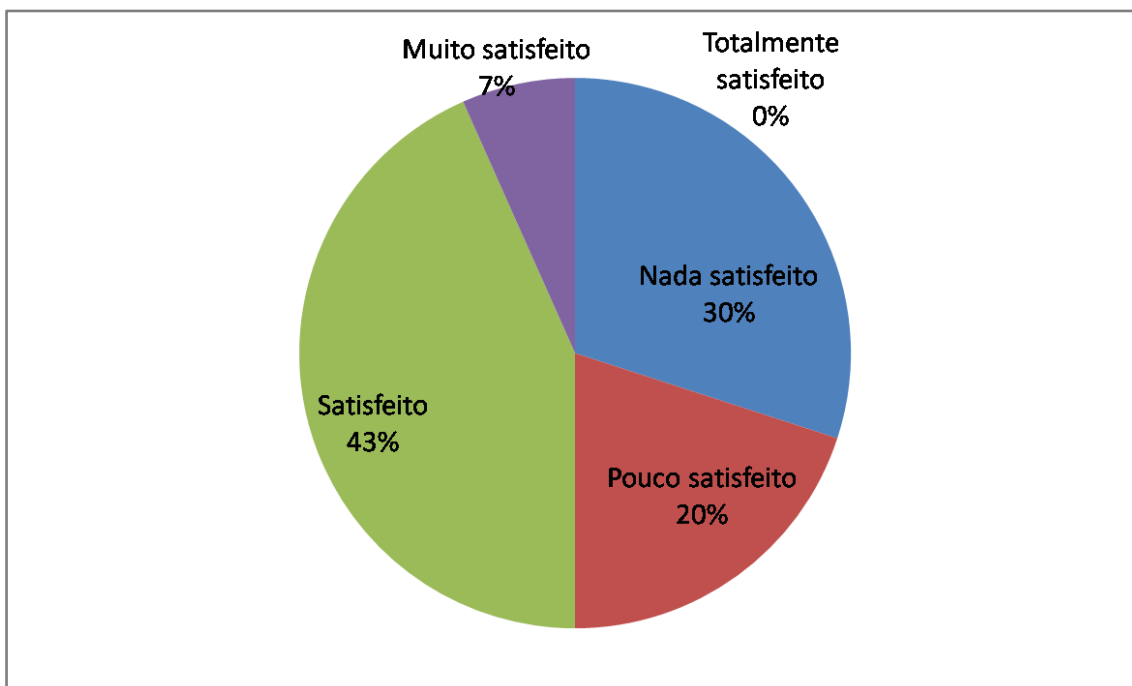
Métodos pedagógicos adotados pelo professor e utilizados em sala de aula com vistas a contemplar os estudantes com deficiência *



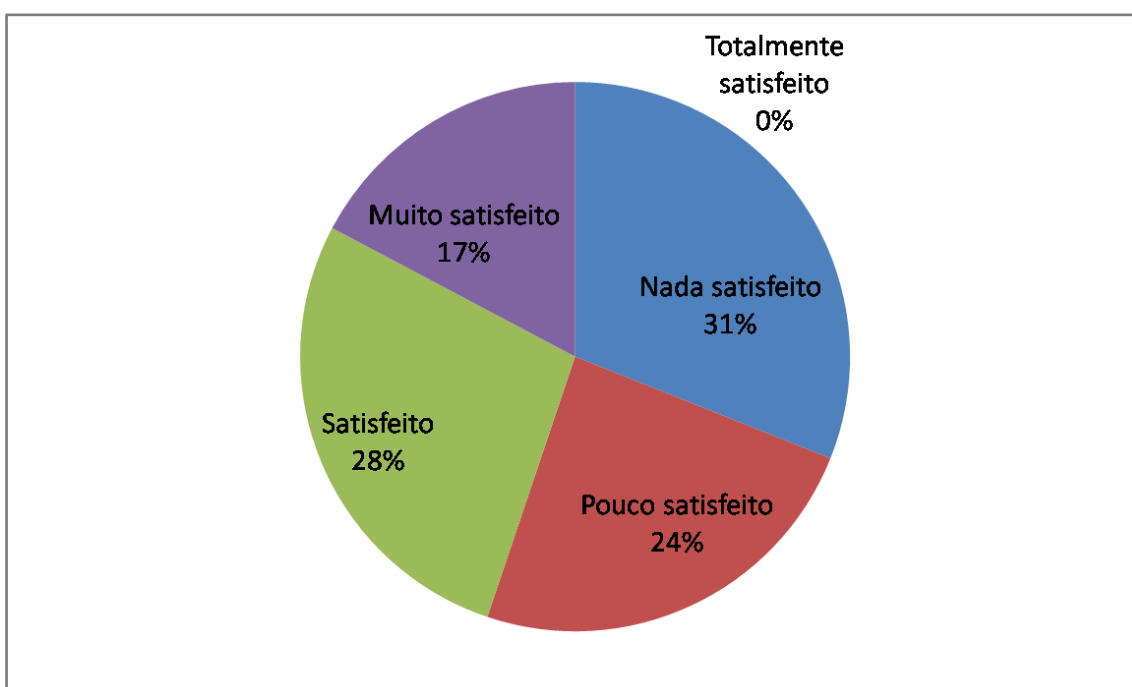
Softwares e equipamentos para suprir as especificidades dos estudantes com deficiência? *



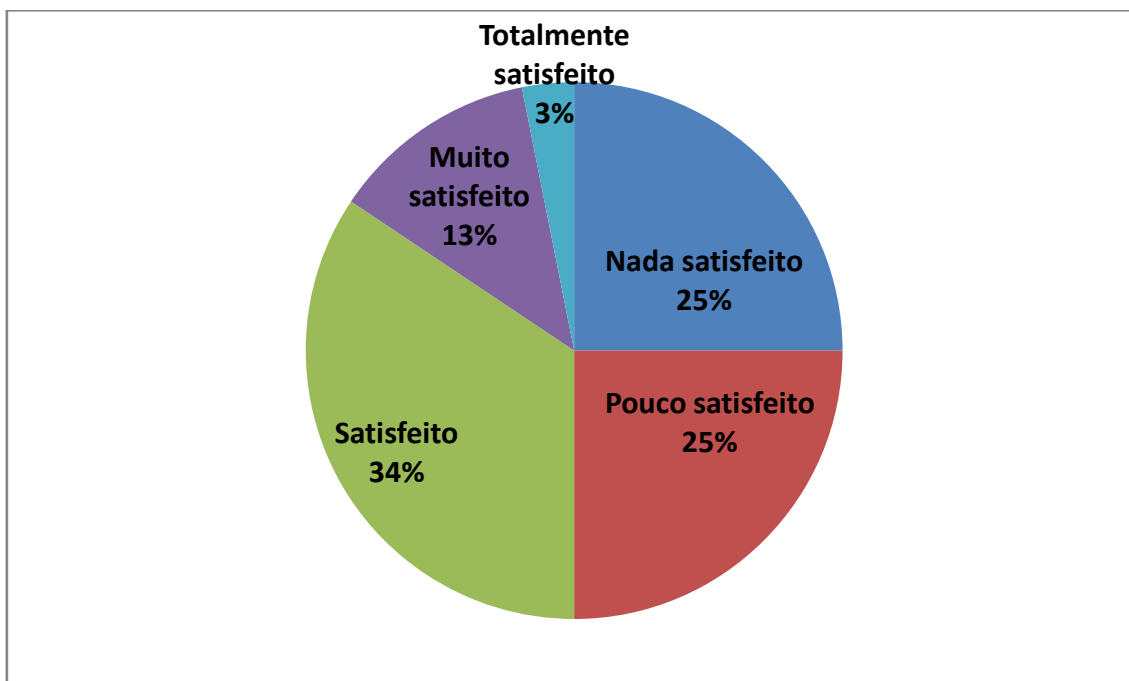
Acompanhamento dos estudantes surdos por tradutores/intérpretes de Libras disponibilizados pela instituição?



Acompanhamento dos estudantes com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação?



Atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes) do campus? *



Recomendações para Plano de Ação

O processo e os resultados do estudo nos permitem indicar 17 ações a serem desenvolvidas pelos campi do IFCE, com apoio da Reitoria:

Ações

1. Melhorar rampas, pois 57% dos estudantes estão pouco ou nada satisfeitos;
2. Eliminar burocracia para uso do elevador para as pessoas com deficiência, pois 67% dos estudantes estão pouco ou nada satisfeitos;
3. Adaptar laboratórios, considerando que 50% dos estudantes estão pouco ou nada satisfeitos;
4. Ampliar a compra de bebedouros adaptados, pois 50% dos estudantes estão pouco ou nada satisfeitos;
5. Manter banheiros abertos e sem barreiras para as pessoas com deficiência, haja vista que 73% dos estudantes estão pouco ou nada satisfeitos;
6. Intensificar o uso de materiais didáticos adaptados;
7. Proporcionar cursos para os professores relacionados a métodos pedagógicos com vistas a atender as necessidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência;
8. Ampliar a aquisição de softwares e equipamentos para suprir as especificidades dos estudantes com deficiência, pois 60% dos estudantes estão nada ou pouco satisfeitos;
9. Incentivar a produção de softwares e equipamentos para suprir as especificidades dos estudantes com deficiência nas disciplinas de projetos

dos cursos de informática;

10. Apoiar pesquisa tecnológica que desenvolva softwares didáticos e outros equipamentos para suprir as especificidades dos estudantes com deficiência;
11. Melhorar o acompanhamento dos estudantes surdos por tradutores/intérpretes de Libras disponibilizados pela instituição;
12. Modificar o acompanhamento dos estudantes com altas habilidades, uma vez que 56% dos estudantes estão pouco ou nada satisfeitos;
13. Melhorar a atuação dos NAPNES, pois 50% dos estudantes estão pouco ou nada satisfeitos;
14. Integrar os dados do processo seletivo especial e matrícula de alunos com deficiência;
15. Solicitar laudo médico aos estudantes autodeclarados deficientes;
16. Fortalecer a relação NAPNES e profissionais da assistência estudantil;
17. Manter elevadores disponíveis para as pessoas com deficiência.

É fato, o caminho a percorrer é longo, mas os primeiros passos foram dados para que os estudantes deficientes sejam cada vez mais atendidos em suas necessidades básicas e específicas, possibilitando melhor desenvolvimento no âmbito escolar/acadêmico e social.

Bibliografia

TANAKA, Eliza Dieko Oshiro. **Acessibilidade: um dos caminhos para auxiliar na inclusão.** *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2006, vol.12, n.1, pp. 139-142. ISSN 1413-6538.

BRASIL. **Decreto 5296, de 2 dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art71. Acesso em: 22.nov.2014.

_____. **Lei 10.098/2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em 22. nov. 2014.

_____. **Decreto 3.298/1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso 22.nov.2014.

SANTOS, Yvonete Bazbuz; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. O princípio da igualdade e a pessoa com deficiência. **Revista de C. Humanas**, Vol. 11, Nº 2, p. 429-440, jul./dez. 2011.